



GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas – Trabalho 690

ESPECIALIZAÇÃO PROEJA CEFET – RN: ANÁLISE COMPARADA ENTRE PROJETOS PEDAGÓGICOS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

José Mateus do Nascimento - IFRN/CNAT/PPGEP

Ana Lúcia Sarmiento Henrique - IFRN/CNAT/PPGEP

Agência Financiadora: CNPq – Edital Universal

Resumo

O artigo trata de aspectos do processo de implantação do PROEJA como programa de governo criado em 2005/2006 pelos Decretos nº 5.478/2005 e nº 5.840/2006, respectivamente, tornando possível a oferta de cursos técnicos de nível médio sob a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos. Especificamente, aborda a experiência da Especialização PROEJA no âmbito do CEFET-RN, como iniciativa de formação docente e gestores de pessoal para atuar no programa de Educação Profissional integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Pesquisa documental dos projetos pedagógicos e dos trabalhos de conclusão de curso referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008. As reflexões apresentadas resultam de um exercício analítico e comparativo entre elementos como pertinência, perfil do público alvo, processo de seleção e adequações curriculares ocorridas durante a realização da Especialização PROEJA nos polos Natal, Mossoró e Currais Novos. O estudo apresenta resultados que confirmam a dinamicidade da vivência das políticas públicas em espaços reais de realização, inclusive quando se trata de iniciativas de formação docente para atuação em propostas inovadoras como a que propôs a integração entre Educação Profissional, EJA e Ensino Médio.

Palavras-chave: Especialização PROEJA. Formação Docente. Estudo Comparado

1 Introdução

O artigo trata sobre o processo de implantação da Especialização PROEJA no contexto da rede federal de ensino técnico, especificamente, o CEFET/RN, durante os anos 2006, 2007 e 2008, quando o curso teve turmas formadas nos polos de Natal Central, Natal Zona Norte, Mossoró, Ipanguaçu e Currais Novos.

O Curso de Especialização PROEJA foi mais uma ação de governo que intencionava fortalecer uma política pública estável voltada para a Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva de uma formação crítica, investindo na formação de profissionais

para produzir e sistematizar conhecimentos para esse Programa, que integra três campos educacionais: a Educação Básica, a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos.

Conforme afirma o Documento Base (BRASIL, 2006b), os princípios que consolidam os fundamentos dessa política são inspirados em reflexões teórico-práticas desenvolvidas nessas três áreas e deveriam ser considerados na constituição de programas de formação dos profissionais para o PROEJA, a saber: a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à Educação Básica, pela universalização do Ensino Médio; o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como opção metodológica para a formação do sujeito e as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

A formação específica em pós-graduação para os professores e outros profissionais que iriam atuar ou que atuam no PROEJA está apresentada no Documento Base (BRASIL, 2006b) como uma das condições para a consolidação deste Programa como política pública. Assim, a SETEC/MEC, em 2006, instruída pelas ações do Documento Base (BRASIL, 2006b) e em parceria com os CEFET e universidades, financiou a oferta de Cursos de Especialização PROEJA, voltados para a formação de profissionais (docentes, gestores e técnicos-administrativos) das redes públicas, com objetivo de capacitá-los para atuarem na elaboração de estratégias pedagógicas inovadoras mais adequadas ao PROEJA.

Cumprir lembrar que nenhum dos dois decretos de instituição do PROEJA nº 5.478/2005(2005b) e nº 5.840/2006 (2006a) tratou da formação de profissionais para o Programa. Essa discussão só aparece nos Documentos Base do PROEJA, no qual se pode ler que “a formação de professores e gestores objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo” (BRASIL, 2006b, p. 48). Esse Documento ainda prevê o subsídio a Programas de Especialização que atendessem às especificidades do Programa, à época, direcionado apenas ao Ensino Médio (BRASIL, 2006b). Esse subsídio foi feito pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC, por meio de chamadas públicas. Sua oferta consistiu em programa de formação docente e teve como público alvo os profissionais da educação com curso superior que trabalhavam nas redes públicas de

ensino federal, estaduais e municipais, buscando-se com essa formação, a afirmação de uma política pública de educação direcionada à população brasileira que teve sua trajetória escolar interrompida ou descontinuada.

O documento Proposta para Elaboração de Projetos de Cursos de Especialização do PROEJA, da SETEC/MEC (BRASIL, 2006c) determinou que o período de realização dos cursos da primeira edição em 2006 ocorresse entre maio e dezembro/2006 em todos os polos. Essa primeira turma integralizaria o curso em 8 meses, com 45 horas mensais de aula. Essa urgência para a finalização é assim explicada por Franzoi *et al.* (2007).

A especialização foi concebida ao final do primeiro semestre de 2006. E, com a aproximação do fim do primeiro mandato Lula, era necessário que sua execução se desse ainda no semestre do mesmo ano para que fosse garantida. Para que a emergência do tempo não atuasse como um possível “desencontro”, foi preciso muita disciplina e dedicação dos professores/professores-alunos e do corpo docente (FRANZOI *et al.*, 2007, p.19).

Para o funcionamento do Curso de Especialização em PROEJA no Brasil, houve um envolvimento de uma Coordenação Nacional sediada na SETEC/MEC, e, em cada instituição Polo foi definida uma Coordenação Geral do PROEJA que tinha o apoio de uma Coordenação de Curso para cada Unidade/*Campus* ofertante de turmas da especialização. Cabia à Coordenação Geral a responsabilidade por toda a mediação entre Instituição, SETEC e Unidades/*Campi*, participando ativamente de discussões, fóruns e reuniões de acompanhamento de implantação.

A reflexão é resultado de uma pesquisa documental financiada pelo CNPq e que busca evidenciar as contribuições do curso de especialização na formação profissional dos sujeitos envolvidos. A documentação está disponível nos arquivos do Curso Especialização Proeja.

Os documentos analisados foram os Projetos Pedagógicos do Curso e Relatórios das três edições realizadas entre os anos 2006 e 2008. Também foram utilizadas as fichas de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso para realizarmos uma análise comparativa entre as prescrições e os resultados colhidos no final do processo de formação inicial.

2 Sobre a pertinência do curso para a formação profissional e para o PROEJA: entre o prescrito e o realizado

Os Projetos Pedagógicos do Curso de Especialização PROEJA, durante as três edições analisadas (2006, 2007 e 2008), apresentavam como foco atender a demanda de formação de docentes para atuarem nos cursos técnicos ofertados pelas instituições de educação profissional da rede federal, estadual e municipal.

A oferta de uma especialização dessa natureza primava por uma formação específica, para atender a implementação de uma política do governo federal que propunha um programa de ensino de educação profissional integrada a educação básica na modalidade educação de jovens e adultos.

O curso de especialização apresentava significativa pertinência tanto para área da educação profissional, como para a modalidade da educação de jovens e adultos (EJA), porque objetivava a formação de profissionais a partir da compreensão sobre a integração entre os dois campos de atuação no contexto do ensino médio.

O governo, atendendo a uma reivindicação dos trabalhadores, apresentou uma proposta que objetivava

Formar profissionais com capacidades para atuar na elaboração de estratégias pedagógicas para a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos, adotando formas inovadoras e diversificadas de atividades de ensino-aprendizagem o que contribui para uma ação proativa voltada para a criação das condições necessárias e das alternativas possíveis para um desempenho técnico, ético e político, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são concebidos e implementados. (CEFET..., 2006, p. 6)

O documento prescrevia uma formação que atendesse as inovações didático-pedagógicas e uma ação proativa, considerando as especificidades do novo campo de atuação docente que se configurava a partir dos anos 2005/06, por meio dos decretos nº 5.478/2005 e o nº 5.840/2006, respectivamente. Estava claro nos documentos que a especialização foi criada para atender a demanda de uma formação docente. A escrita dessa intenção fica evidente no texto que justifica o projeto de curso (CEFET..., 2006, p. 3), quando diz: “Por ser um campo peculiar de conhecimento, o PROEJA exige que se implante e implemente uma política específica para a formação de professores para nele atuar.”

A criação dos cursos especialização PROEJA iniciava o CEFET-RN na oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e fortalecer as políticas de formação docente dentro da instituição de ensino, que por décadas, apenas ministrou formação por meio de cursos

técnicos de nível médio. A iniciativa apresentou-se como relevante no rol das ofertas de cursos da instituição porque ajudava a fortalecer um novo campo de atuação da educação profissional. A criação de cursos técnicos na modalidade EJA tornou-se um desafio para a gestão administrativa e pedagógica da instituição de ensino em foco.

Ao analisar as três versões dos PPC, Especialização PROEJA, anos 2006, 2007 e 2008, percebemos referências a importância do curso para o fortalecimento de um novo tipo de oferta de cursos técnicos em nível médio. Um campo novo de atuação, mas também de conhecimento, diante da construção e vivência da proposta de um currículo integrado, visando a articulação entre a educação de jovens e adultos com a educação profissional.

Desse modo, a relevância do curso de especialização fortalece o campo do PROEJA, inclusive, não apenas como programa de governo, mas alimenta o anseio de torná-lo política pública. Há evidência da necessidade do curso na dimensão prescritiva dos documentos do MEC/SETEC e do CEFET/RN pela ausência de profissionais qualificados para atuarem, inclusive professores.

Quais os reflexos dessa relevância nos Trabalhos de Conclusão de Curso?

Em contraponto, a análise dos TCC mostrou que o foco das pesquisas se concentrou na educação de jovens e adultos ou no ensino médio, com poucas produções no campo específico do PROEJA.

A delimitação de nosso período de análise foram as produções realizadas durante os anos de 2006 a 2008, em três polos do CEFET/IFRN (Natal, Mossoró e Currais Novos). Nesse recorte de espaço e tempo, tivemos a oferta de 9 (nove turmas) com a defesa de 162 trabalhos

Entre esses trabalhos, os pesquisadores analisaram 94 deles, localizados nos arquivos da coordenação do curso, para os quais preencheram fichas de análise, constituída por 12 categorias, dentre quais, pertinência do estudo para o campo da Educação Profissional e do PROEJA era uma delas.

Situamos esta pesquisa na primeira categoria de análise e para sua consecução, recorreremos às fichas elaboradas pelos pesquisadores, confrontando os pareceres ali encontrados, quando necessário, com os TCC. Dessa forma, a análise comparativa ocorre com base nos comentários dos pesquisadores ao justificarem a (não)relação do TCC com o campo epistemológico do PROEJA e da Educação Profissional.

O programa fundou um novo campo epistemológico para o qual havia pouca produção acadêmica com relação ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens

e Adultos. No estudo, a (não) pertinência da temática em relação ao PROEJA e à EP pode ser explicada a partir de quatro proposições.

A primeira, diz respeito aos relatórios escritos ao final de cada versão da Especialização PROEJA (CEFET, 2007; CEFET, 2009; CEFET, 2010). A relação de professores e orientadores do curso de especialização demonstra que a maioria tinha domínio de um ou de dois dos campos de conhecimento que integram o PROEJA (EJA ou Educação Básica ou Educação Profissional), mas não apresentavam domínio do novo campo epistemológico criado com a instituição do Programa. Naquele momento histórico de implantação do PROEJA, não estava ainda amadurecida a concepção do próprio Programa, que previa a integração entre os três campos de conhecimento. Dessa forma, tanto a discussão em sala de aula, como a orientação dos trabalhos refletiram essa situação e, conseqüentemente, influenciaram na definição das temáticas de pesquisa. Em virtude desse cenário, não podemos responsabilizar os professores e orientadores, pela evidencia de pouca pertinência das temáticas dos TCC em relação ao PROEJA ou à EP.

A segunda proposição se refere ao fato de, em alguns casos, as disciplinas serem ofertadas sem a necessária integração exigida pelo Programa. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos mostram, na própria nomenclatura das disciplinas, essa fragmentação. Os relatórios (CEFET, 2007; CEFET, 2009; CEFET, 2010) informam que algumas delas eram ofertadas por professores pesquisadores renomados, com atuação específica em um dos níveis ou modalidades apresentados, fragmentando ainda mais o conhecimento sobre cada área. cremos que essa situação dificultou a possibilidade de que as temáticas fossem integradas e construíssem o campo epistemológico do PROEJA.

Uma terceira proposição relaciona-se ao perfil dos alunos do curso de especialização, que, desde a primeira turma, em sua maioria, era formado por professores, gestores e pedagogos da rede de ensino estadual e municipal que atuavam apenas na modalidade EJA. Por esse motivo, cremos que as temáticas dos TCC eram selecionadas para responder a questões do cotidiano desses profissionais que atuam, especificamente, na Educação de Jovens e Adultos, cujo currículo fundamentava-se numa formação disciplinar e propedêutica.

Uma quarta proposição se refere à incipiência da produção acadêmica sobre a integração entre o campo da EP com a EJA, que pudesse subsidiar as pesquisas para a produção dos TCC. Além disso, também não existia, para a maioria dos alunos, uma realidade concreta de atuação no PROEJA que possibilitasse a problematização desse campo. Acrescentamos que o campo para a pesquisa empírica também era restrito, uma

vez que apenas o CEFET/IFRN, a Escola Agrícola de Jundiá e a Escola de Enfermagem, ambas da UFRN, ofertavam cursos nessa nova modalidade. Assim, se poderia esperar que os alunos tanto se voltassem para sua própria vivência como definissem suas temáticas no campo da EJA, cuja produção acadêmica sistematizada era mais consistente.

Em virtude do exposto, cremos que, apesar das lacunas para materialização da temática do PROEJA nos trabalhos de final de curso dos alunos, não se pode negar a contribuição desses TCC para a ampliação da produção de conhecimento do currículo integrado, mesmo que tenha sido, majoritariamente, os objetos de pesquisa terem elegido campo teórico e empírico a modalidade EJA.

3 Nuances no perfil do público alvo e nos modos de seleção: reflexos na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso

A princípio, necessário se faz uma reflexão teórica sobre os conceitos de público alvo e processo de seleção de pessoal. A abordagem sobre os termos não é usual, mas tomamos como necessária para compreendermos as mudanças pelas quais passaram esses elementos durante as três versões do curso e como influenciaram no perfil de execução do curso e seus desdobramentos na formação profissional dos concluintes.

Com relação às especificidades conceituais sobre o termo público alvo, aqui é tratado com o sentido do grupo que é “receptor” de uma ação ou comunicação, ou seja, o coletivo a quem se deseja atingir com uma intencionalidade. Segundo Piedras (2004, p. 9), “o receptor é designado público-alvo e identificado apenas como um consumidor potencial, sendo vetada qualquer possibilidade de diálogo ou negociação.” O termo é arbitrário e advém do campo da publicidade e da propaganda e expressa a seguinte objetividade: o povo a ser alcançado. Para tanto, traça-se um perfil a partir de um conjunto de características para promover uma seleção, classificação e identificação de determinados sujeitos.

No âmbito dos modelos teóricos da publicidade, o comportamento do público-alvo ou receptor pode ser condicionado, isto porque passa a ser previsível e altamente manipulável. Nesse sentido, para se alcançar os objetivos propostos há necessidade da tomada acertada de decisões e adesão de atitudes primordiais que contribuem para remeter um produto ou serviço de forma eficiente. (PIEDRAS, 2004)

No nosso caso, o público alvo ou o grupo para o qual foi pensada a proposta da Especialização PROEJA deveria ser formado, prioritariamente, por profissionais que atuavam no campo da Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade

Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a efetivação de uma Especialização com tal natureza visava atender uma carência de formação dos sujeitos que atuavam nos cursos técnicos integrados na modalidade EJA dentro e fora dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Nesse sentido, os projetos de curso analisados apresentam dois itens específicos: primeiro, as características do público alvo, evidenciando que a ação tinha uma intencionalidade; segundo, os critérios de seleção que racionalizava o processo de recrutamento e triagem de sujeitos.

A respeito da conceituação sobre critérios de seleção, Allan (2013, p. 8) explica que, a princípio, “o recrutamento é uma necessidade interna da organização em uma determinada área.” A escolha acertada depende da descrição dos elementos, com detalhes, necessários ou exigidos como pré-requisitos. No interior da lógica administrativa, quanto mais clareza for atribuída aos critérios, maior probabilidade de precisão na atividade de escolha. Assim, faz-se necessário atingir as características necessárias que o cargo ou vaga exige.

Os critérios definem o público alvo e a natureza da seleção adotada, de tal forma que

O processo seletivo é, então, uma atividade fundamental que busca dentro dos candidatos recrutados, a escolha do profissional que será mais adequado para aquela posição ou cargo. Esse processo deve visar sempre a busca do candidato com o perfil desejado e que pode agregar valor para a empresa, bem como permitir o enriquecimento do capital intelectual da mesma. (ALLAN, 2013, p. 12)

Nesse sentido, o evento seleção de pessoal baseia-se num sistema de comparação que intenciona a padronização dos sujeitos a partir de um modelo pré-estabelecido. O ato da seleção se materializa pela aplicação de técnicas como entrevistas, provas, análises de títulos e simulações.

No caso da Especialização PROEJA, os critérios foram orientadores para a seleção dos profissionais que desejavam participar do curso. O campo era o da educação, mas que buscava integrar as dimensões da Educação Profissional, Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A ênfase da proposta da especialização estava em formar profissionais para atuar e produzir conhecimento num campo que se configurava para integrar as áreas da Educação Profissional, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, de forma a contribuir com a consolidação do campo no âmbito das instituições que adotavam a

possibilidade de execução da proposta nas esferas do ensino público federal, estadual e municipal.

De acordo com o Projeto de 2006, a Especialização PROEJA buscou atender um público de profissionais que tivessem curso superior e que trabalhassem no Estado do Rio Grande do Norte (RN), nas redes públicas de educação, atuantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e/ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou que fossem atuar em programas e projetos pedagógicos que integrassem esses cursos. A proposição de certa forma restringia a participação. A finalidade era formar 100 (cem) profissionais com o perfil acima delineado em três turmas – 2 (duas) em Natal e 1 (uma) em Mossoró, as quais deveriam se desenvolver de forma simultânea.

Os critérios de seleção para os interessados no Programa, a princípio, pautavam-se na “análise de histórico escolar e *curriculum vitae*, a partir de indicação das instituições/secretarias públicas de educação conforme definido no público-alvo [...]”. (PROJETO..., 2006, p. 26). A prática da “indicação” como critério legitimado no projeto tornava o processo de seleção ainda mais subjetivo.

Diante do exposto, inicialmente a formação das turmas se daria apenas por profissionais do CEFET/RN, atual IFRN, entretanto, no trajeto do curso houve uma abertura para o público da Educação do Estado do RN. O relatório de 2007 não deixa claro o porquê de determinada mudança, mas a coordenação geral esclareceu que o fato ocorreu por pouca adesão dos profissionais que atuavam na rede federal de ensino técnico.

Havia sim, de forma declarada, por parte dos profissionais que atuavam na rede federal pelo curso, mesmo aqueles docentes que atuavam no PROEJA, o pouco interesse pelo curso, por se tratar de uma especialização. O grupo, a época, almejavam titulações mais elevadas como mestrado e doutorado, condição que poderia refletir em maiores vantagens na carreira e melhoria dos salários. Lamentavelmente, a qualificação para atuar no campo específico do PROEJA ficou relegada ao segundo plano.

Diante da situação de não preenchimento das vagas, a coordenação do curso investiu na mudança dos critérios de seleção e nos elementos que definiam o perfil do público alvo. Especificamente, para formar a turma de 2006, foi necessário alterar alguns critérios que levassem em consideração o novo perfil do público. Sendo assim, o que antes era indicação e análise do currículo, passa a ter novos critérios - ser professor, gestor ou membro da equipe técnico-pedagógica do CEFET/RN ou da rede pública de ensino; ser atuante na Educação Profissional, na Educação Básica na Modalidade de Educação

de Jovens e adultos; e/ou em centros de reabilitação de adolescentes em conflito com a Lei.

Refletimos que a (re)definição do público alvo atende a dois fatores, que aliados, passam a identificar as características dos participantes da Especialização PROEJA. O primeiro é o perfil do profissional que se exige para integrar as turmas; o segundo é o campo de atuação desses profissionais.

A cada ano foi traçado um novo projeto, com ele novas mudanças, com a finalidade de alcançar o objetivo traçado: apresentar a lógica de fazer PROEJA na rede pública de ensino. A ampliação da participação de um público diversificado de profissionais que atuassem na educação pública era uma das prioridades das soluções. O intuito era convocar pessoal proveniente da rede federal, estadual e municipal para o preenchimento das vagas ofertadas pelo curso de especialização. Em meio a este processo, ocorreram muitos descompassos com relação à expectativa de um público alvo e o alistamento de outro, que desconhecia por completo os referenciais e diretrizes da EJA integrada a Educação Profissional no Ensino Médio. Diante das discontinuidades referentes ao perfil do público “não alvo”, os gestores do curso sentiram necessidade de (re)formularem os critérios de seleção. Essa tomada de decisão foi crucial.

Mediante o processo de avaliação contínua que a coordenação geral da Especialização PROEJA mantinha junto à equipe de professores, ocorreu a necessidade de mudanças no perfil dos candidatos e conseqüentemente o modo de seleção. A inexpressiva procura dos profissionais que atuavam na Educação Profissional mobilizou a divulgação da oferta para os profissionais da EJA das redes municipal e estadual de ensino.

O perfil do público alvo foi variando conforme as demandas estabelecidas pelas instituições parceiras. No princípio, a Especialização estava destinada aos profissionais com curso superior que trabalhavam na rede de educação pública do Estado, na Educação Profissional técnica de nível Médio e na modalidade de jovens e adultos; depois, o perfil tornou-se mais específico, denominando os professores, gestores, membros da equipe pedagógica do CEFET-RN. Os profissionais com ensino superior poderiam participar, mas preferencialmente aqueles com atividade docente em sala de aula; nas edições de 2007 e 2008 o destaque foi à possibilidade da participação do pessoal que atua nos Centros de Reabilitação de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Com relação aos critérios de seleção, para formação da primeira turma a exigência foi análise de *Curriculum Vitae* aliado às indicações de instituições. Nas edições

posteriores, os critérios ficaram mais seletivos quando reservavam 50% das vagas para o CEFET-RN e as demais vagas destinadas aos docentes, gestores e equipe técnica e pedagógica das instituições públicas de ensino. O destaque está na oportunidade dada aos alunos das turmas anteriores para terminarem o curso. Na terceira edição, acresceram a observação de que cada rede de ensino, federal, estadual e municipal, se responsabilizaria pelo processo de seleção, ocorrendo assim uma descentralização da ação.

No caso específico em estudo, a atitude racionalizada de traçar o perfil do público alvo e estabelecer critérios de seleção não foram ações determinantes para alcançar, na essência, os objetivos da proposta: qualificar os profissionais que atuavam ou iriam atuar no PROEJA.

4 Adequações curriculares no itinerário formativo e influências no processo de adoção dos objetos de pesquisa

Neste tópico, a priori, decidimos por tecer reflexões sobre a teoria curricular, encaminhando-se pela conceituação, classificação e tendências. O currículo é uma produção sociocultural, histórico e política que é tratada como alma dos cursos de formação e inspiram a dinâmica de culturas escolares diversas.

A palavra currículo é de origem latina e significa caminho, jornada, trajetória. Porém esse termo é utilizado em diferentes acepções em virtude das distintas perspectivas teóricas de abordagem. Como preceitua Pacheco (2001), a conceituação de currículo tem apresentado divergências e “não existe à sua volta consenso”, apenas no que concerne ao seu objeto de estudo que se chega a um entendimento. E é a partir daí que se pode falar em um campo do currículo, onde “existem diversas teorias curriculares, correspondentes a diferentes concepções de currículo” (PACHECO, 2001, p. 36).

Para melhor compreensão do que seja o currículo trataremos a seguir algumas definições apontadas por autores da área: Moreira e Silva (2006, p. 7-8), define o currículo como “[...] um artefato social e cultural. [...] não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. [...] está implicado em relações de poder”.

É o que também defende Apple (2006 p. 59), quando diz que “a educação está intimamente ligada à política da cultura” e que a educação é sempre parte de uma tradição seletiva, ou seja, produto de uma visão seletiva de alguém ou grupo que considera determinado conhecimento como legítimo. Apple visualiza o currículo como um corpo

que integra as questões sociais, culturais e educacionais, em que essas questões estão estreitamente relacionadas.

Sacristán (2000, p. 17) acrescenta que “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”.

Foi possível vislumbrar as três dimensões do currículo: o currículo prescrito, o currículo real e o currículo oculto. No que diz respeito ao currículo integrado, partimos da concepção de Ramos (2008) sobre os sentidos do termo integração. Para a autora o termo apresenta três sentidos: o primeiro deles, a formação omnilateral, tido como filosófico, apresenta uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo; o segundo sentido da integração diz respeito à indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Essa acepção concebe a integração como as formas de integração entre ensino médio com a educação profissional; o terceiro sentido para integração se refere à integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

A discussão sobre trabalho e educação, na escola, orienta a configuração dos currículos, pois cada qual traz em essência uma ideologia que podem favorecer o sistema capitalista ou agir de uma forma contra hegemônica, contrariando a lógica imposta da exploração e da desumanização dos sujeitos.

Nas matrizes curriculares dos projetos da Especialização PROEJA: estão organizados por Disciplinas/Eixo. A perspectiva de utilizar-se a denominação “disciplina/eixo” tinha a intenção de atribuir maior dinamismo ao curso, em se tratando de uma formação para profissionais que atuavam na EJA. O componente curricular deveria ser o eixo mobilizador para as discussões dos temas e conteúdos, inclusive podendo ser ministrado pelos professores de diversas áreas de conhecimento e atuação, de forma compartilhada e interdisciplinar.

A estrutura curricular esteve organizada em torno da discussão de concepções e de práticas sobre o campo de atuação do professor da Educação Profissional (EP), Educação Básica (EB) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Há uma separação, inclusive na denominação das disciplinas/eixo, entre os campos EP, EB e EJA, apesar do discurso de integração e interdisciplinaridade nos projetos de curso. O fenômeno se justifica pelo contexto histórico em que o modelo pedagógico de um currículo integrado para EJA estava se esboçando e de forma inédita/pioneira pelos formadores no âmbito da rede federal de educação profissional.

As mudanças realizadas no currículo prescrito da especialização em estudo ocorreram como reflexo da prática contínua de diálogo e avaliação que a equipe coordenadora do curso estabeleceu com os especializandos. As demandas foram sendo fomentadas na dimensão do currículo real, que foi exigindo a transformação de seminários em disciplinas, inclusão de novos componentes e redefinição de carga horária.

Para dinamizar o currículo proposto a Especialização contou com as contribuições de profissionais do CEFET-RN, da UFRN e da UERN. Em algumas disciplinas ocorreu parceria entre professores de mais uma instituição em torno do planejamento e vivência das aulas, ministradas em locais e horários definidos conforme as necessidades de cada polo.

Foi possível perceber que a organização curricular do curso de especialização PROEJA, em análise, apresentava *a priori* diretrizes orientadoras, mas foi na construção contínua, processual e coletiva do currículo real que se atribuiu o tom desejado a organização do curso de especialização em questão. Esse processo de reformulação curricular somente foi possível devido à disposição constante da coordenação do curso em realizar avaliação das práticas pedagógicas instituídas, inclusive dando voz aos especializandos. A dinâmica do curso foi exigindo mudanças.

Relevância para a compreensão de que o currículo é uma construção social, sendo reflexo das necessidades dos sujeitos a quem se destina, de modo que as mudanças significativas partiram das reivindicações dos alunos e professores, a exemplo da conversão do Seminário Temático Processos Cognitivos e Culturais da Aprendizagem de Jovens e Adultos em disciplina de 50 h/a.

O grande desafio foi estabelecer integração entre os campos do Ensino Médio, da Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, com relação à estrutura curricular e as metodologias empregadas. Os professores atuaram nos campos específicos de formação, distantes da efetiva integração curricular anunciada. O fato justifica-se pela especialização efetivar-se no mesmo contexto histórico de concepção e implantação do Programa em território nacional. A proposta era nova e a maioria dos agentes promotores ainda não tinha apropriação devida dos princípios e pressupostos de currículo integrado para educação profissional na modalidade EJA.

5 Tecendo algumas reflexões

Ao final da primeira etapa da pesquisa, podemos tecer algumas reflexões sobre a iniciativa de formação pela oferta de um curso de especialização para sujeitos que atuavam ou iriam atuar no PROEJA, mas que no CEFET/RN teve seu campo de abrangência ampliado, chegando a atender predominantemente profissionais da educação que atuavam na rede municipal e estadual de ensino, especificamente, sujeitos provenientes da EJA.

Admite-se a relevância do curso como formação inicial e continuada para um grupo de profissionais da educação que atuavam na educação de jovens e adultos e áreas afins como órgãos gestores como coordenações de EJA e SUEJA nas secretarias municipais e estaduais de educação. A especialização atendeu a um público que não compreendia a possibilidade de integração entre Educação Profissional, EJA e Ensino Médio, intenção esta bem preconizada pelos documentos promulgados pela SETEC/MEC durante os anos 2005/2006.

Pela instituição de um processo de autoavaliação os projetos de curso da referida especialização foi passando por mudanças desde os critérios de seleção e o perfil do público alvo até a disposição dos eixos/disciplinas na matriz curricular. A carga horária também foi readequada para criação de novo componente que surge da reivindicação dos alunos durante curso, entre os anos 2006 e 2007.

O contraponto com as fichas de análise dos TCC propiciou diagnóstico sobre os principais temas de pesquisa desenvolvidos pelos concluintes, evidenciando que a principal área de produção foi distintamente a EJA ou Ensino Médio, contrariando a lógica primordial da especialização PROEJA: o currículo integrado.

Referências

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ALLAN, Diogo Dias. **Técnicas e critérios de recrutamento e seleção adotados em uma empresa farmacêutica**. Monografia (Graduação Administração de Empresas), UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, 2013, 27f.

BRASIL. **Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005**. Estabelecer, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA. Brasília, 2005a.

_____. Congresso Nacional. **Decreto n. 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005b.

_____. Congresso Nacional. **Decreto n. 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA -, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006a.

_____. Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília: MEC/SETEC 2006b.

_____. **Capacitação de profissionais no ensino público para atuar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA**: propostas gerais para elaboração de projetos pedagógicos de curso de especialização. Brasília, 2006c [mimeo].

CEFET. **Projeto Pedagógico**: Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Natal, RN: CEFET/RN, 2006. 28p.

_____. **Projeto Pedagógico**: Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Natal, RN: CEFET/RN, 2007. 32p.

_____. **Projeto Pedagógico**: Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Chamada Pública nº 1/2008 – MEC/SETEC. Natal, RN: CEFET/RN, 2008. 38p.

_____. **Relatório** curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos. Natal: CEFET, 2007. [mimeo].

_____. **Relatório** do curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação profissional integrada à educação básica na modalidade educação de jovens e adultos - resolução nº 10 de 25 de maio de 2007. Natal: IFRN, 2009. [mimeo].

_____. **Relatório** do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos: Chamada Pública Nº1/2008. Natal: IFRN, 2010. [mimeo].

FRANZOI, Naira Lisboa; ARENHALDT, Rafael; SANTOS, Simone Valdete dos. Acontecendo o currículo da especialização/Proeja - RS: diálogos de formação de nós par

anos mesmos. In. **Reflexões sobre a prática e teoria em PROEJA**: produções da Especialização PROEJA/RS. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2007.

PACHECO, José Augusto. **Estudos curriculares**: para a compreensão crítica da educação. Porto: Porto Editora, 2001.

PIEDRAS, Elisa Reinhardt. **Receptor e Público alvo**: aproximações possíveis.

Disponível

em:<<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ee/GT3Texto002.pdf>> Acesso

em: 09 ago. 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.